

**ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS n.º 006/2020**

N.º 006/2020: EII-SAPOPEMA-SEMAS/PA  
PROCESSO SEMAS/PA N.º. 2020/403092

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE  
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO  
PARÁ – SEMAS, EARTH INNOVATION  
INSTITUTE – EII E SOCIEDADE PARA  
PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO  
AMBIENTE – SAPOPEMA.

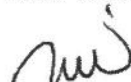
O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominada SEMAS, com sede na Travessa Lomas Valentinas, n.º. 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário de Estado, **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º. 1360811, emitida pela PC/PA e do CPF n.º. 296.202.102-63, residente e domiciliado na cidade de Belém-PA;

EARTH INNOVATION INSTITUTE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, doravante denominada EII, com sede na Avenida Doutor Hélio Ribeiro, n.º. 525, sala 1808 Alvorada, Cuiabá-MT, CEP 78.048-848, neste ato representada por **DANIEL CURTIS NEPSTAD**, estadunidense, casado, ecólogo, portador de RNE n.º V146013F, expedida pela CGP/DIREX/DPF, e inscrito no CPF sob o n.º 300.858.882-49, residente e domiciliado Albany/Califórnia;

e

SOCIEDADE PARA PESQUISA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, doravante denominada SAPOPEMA, neste ato representada por **ANTONIO JOSÉ MOTA BENTES**, brasileiro, casado, sociólogo, portador do RG n.º 4331737/SSPA-PA, e inscrito no CPF sob o n.º 194.997.792-72, residente e domiciliado na cidade de Santarém/PA;

ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, especialmente à Lei Federal n.º. 8.666/1993 (art. 116), à Lei Federal n.º. 13.019/2014 e alteração pela Lei Federal n.º. 13.204/2015, bem como ao Decreto Estadual n.º. 1.835/2017, que regulamenta em âmbito local o Marco Regulatório para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as



Organizações da Sociedade Civil, além da Portaria SEMAS nº. 784/2020, que padroniza o procedimento de atendimento para propostas de Acordo de Cooperação, no âmbito da SEMAS.

**RESOLVEM**, de interesse comum, firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** sob as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este **ACORDO** tem por objeto a promoção de ações colaborativas aos esforços do Governo do Estado do Pará na implantação de um modelo conciliatório de desenvolvimento econômico rural, baseado na conservação e na valorização de ativos ambientais, na ampliação do potencial econômico e de eficiência de cadeias de produção, bem como na melhoria das condições sociais locais, em ações que implementem a **POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA**, o **PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA**, e seus instrumentos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos/resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no **PLANO DE TRABALHO** que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

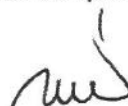
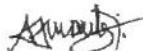
3.1. Para o alcance do objeto deste **ACORDO**, as **PARTES** comprometem-se a:

3.1.1. Elaborar Planos, Programas, Projetos e ações com finalidades específicas, conforme acordado e definido entre si, e constituirão parte integrante desde **ACORDO**;

3.1.2. Executar e acompanhar as ações, atividades e tarefas necessárias à consecução deste **ACORDO**, em consonância com a legislação vigente, com o Plano de Trabalho pactuado e com os padrões e normas técnicas disponíveis e melhor aplicáveis no tempo presente das ações;

3.1.3. Reservar espaço, quando possível, em seus meios de informação ou comunicação e eventos técnicos ou científicos para a divulgação do presente **ACORDO** e seus termos, das ferramentas empregadas, bem como dos resultados obtidos no âmbito deste **ACORDO**, ressalvados os casos sigilosos ou confidenciais, conforme assim expresso entre as **PARTES**;

3.1.4. Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito de suas obrigações;



2

3.1.5. Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente, por culpa ou desídia, ou em consequência de erros, imperfícias, imprudências ou negligências suas, de seus prepostos, funcionários, servidores ou colaboradores, ou em razão de responsabilidade objetiva própria, quando for o caso;

3.1.6. Disponibilizar equipe de funcionários e colaboradores para a execução das ações, programas ou projetos decorrentes deste **ACORDO**;

3.1.7. Responsabilizar-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes e/ou colaboradores na execução do objeto deste **ACORDO**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra **PARTE** ou a terceiros;

3.1.8. Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela outra diante de terceiros, ainda que estes se relacionem direta ou indiretamente à execução deste **ACORDO**, nem por danos que vierem a ser causados em decorrência de atos de propositos ou indicados.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES INDIVIDUAIS

4.1. Compete à **SEMAS/PA**:


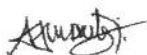
4.1.1. Estabelecer representantes no quadro da **SEMAS** que garantam, como membros da Comissão Gestora da parceria, a facilitação da execução de atividades previstas no Plano de Trabalho pactuado;

4.1.2. Disponibilizar ao **EII** e **SAPOPEMA** informações relativas ao arranjo institucional do Governo do Estado e dados organizacionais básicos relativos a si e que importem no âmbito do **ACORDO**;

4.1.3. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, informações relativas a Políticas, Planos, Programas, Projetos e Ações do Governo Estadual relacionados às pastas ambiental, econômica e social;

4.1.4. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados e informações sobre os recursos públicos e privados já existentes, incluídos os comprometidos e ainda não executados, utilizados para atividades administrativas, de gestão, fiscalização e monitoramento;

4.1.5. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados relativos à dinâmica de uso e mudança de uso da terra, incluindo os concernentes ao desmatamento legal e a todos os demais aspectos geográficos, econômicos e sociais, instrumentos e ferramentas de gestão utilizados, bem como os vetores de pressão conhecidos ou identificados;



04

3

4.1.6. Acompanhar sistematicamente o andamento da Cooperação, a fim de avaliar e propor ajustes e alterações dos produtos desenvolvidos;

4.1.7. Realizar os melhores esforços no sentido de implementar os produtos estipulados por esta Cooperação.

4.2. Compete conjuntamente ao EII e à SAPOPEMA:

4.2.1 Colaborar na construção do sistema de gestão da pesca e aquicultura do Estado do Pará com uma estrutura descentralizada e participativa de governança da piscicultura e do manejo pesqueiro;

4.2.2. Contribuir para o desenvolvimento e implementação de um sistema de monitoramento da cadeia do peixe prevendo a geração de informações atualizadas de alta qualidade para subsidiar políticas públicas e investimentos no setor;

4.2.3. Colaborar na modernização do marco regulatório da piscicultura criando uma base legal segura para investimento no setor com apoio a conclusão e implementação da legislação regulamentação do manejo sustentável do pirarucu (*Arapaima spp.*)

4.2.4. Colaborar no diagnóstico e tendências da pesca manejada e da aquicultura no estado apresentando análises e recomendações para a modernização da cadeia produtiva do Peixe;

4.2.5. Colaborar na produção do Plano Estadual para o desenvolvimento de baixas emissões de carbono baseado em peixe, da pesca manejada e da piscicultura com a proposição de políticas e arranjos institucionais para integrar a cadeia produtiva da pesca e da piscicultura na economia formal, cumprindo as exigências sanitárias, ambientais e fiscais;

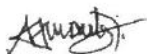
4.2.6. Desenvolver estratégias de *marketing* ligando o peixe a conservação da floresta, clima e biodiversidade, apoio às populações tradicionais e indígenas;

4.2.7. Contribuir, de acordo com sua disponibilidade financeira, com recursos técnicos e humanos para a execução de atividades previamente acordadas e que se encaixem no objeto deste ACORDO;

4.2.8. Resguardar quaisquer informações repassadas, sendo a utilização destas restrita à execução das atividades estabelecidas neste ACORDO.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS

5.1. O presente ACORDO NÃO GERA obrigações financeiras, materiais, trabalhistas/empregatícias ou fiscais de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros, materiais ou humanos entre as PARTES;



04 4

5.2. Eventuais despesas para a consecução do objeto deste **ACORDO** de Cooperação, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre as **PARTES** e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelas **PARTES** dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos previstos no Projeto;

5.3. Profissionais atuantes em atividades necessárias ou decorrentes da execução deste **ACORDO** de Cooperação para uma **PARTE**, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou quaisquer outros títulos, não terão vinculação ou direito de qualquer natureza em responsabilidade da outra **PARTE**, ficando a cargo exclusivo da **PARTE** que os contratou a integral responsabilidade no concernente a direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade entre as **PARTES**;

5.4. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente **ACORDO** de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento;

5.5. É facultada ao EII e **SAPOEMA** a prospecção de recursos financeiros como forma de recuperar seus custos no âmbito deste **ACORDO**.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

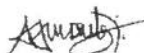
6.1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, observados o artigo 42, VI, da Lei Federal nº. 13.019/2014 e o artigo 32 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. As **PARTES** designarão e a **SEMAS** publicará, em ato específico, os integrantes da Comissão Gestora da presente parceria, instância responsável pelo gerenciamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, em observância aos artigos 60 e 61 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e aos moldes do estabelecido nos artigos 50 e 51 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO

8.1. A **SEMAS** promoverá o monitoramento da qualidade e a avaliação, ambos de caráter preventivo e saneador, para o cumprimento do objeto da parceria, conforme os artigos 58 e 59 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e artigos 52, 53 e 54 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.



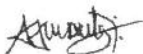


#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA DENÚNCIA

- 9.1. As **PARTES** dispõem da prerrogativa de rescindir unilateralmente o presente **ACORDO**, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;
- 9.2. O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que de comum acordo entre as **PARTES**, em caso de inadimplência de quaisquer Cláusulas ou condições, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou ainda denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou em prazo conforme a legislação vigente à época do interesse de rescisão/denúncia;
- 9.3. Na hipótese de rescisão unilateral, ficam assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre as **PARTES**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

- 10.1. É **VEDADO** às **PARTES**, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento de ações ou projetos classificados pela outra PARTE como sigilosos ou confidenciais, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos aos serviços executados, a tecnologia adotada e a documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização por escrito emanada da **SEMAS**;
- 10.2. Quando da autorizada liberação de informações confidenciais, a **PARTE** que as transmitir não terá direito a qualquer tipo de titularidade sobre estas, em resultado da revelação a outrem;
- 10.3. As **PARTES** devem proteger todas as informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente **ACORDO**, a contar da assinatura deste Instrumento até 05 (cinco) anos após o término de sua vigência, e se gerados bens passíveis de proteção conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de até 20 (vinte) anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos no art. 40 da Lei Federal nº. 9.279/1996;
- 10.4. Nenhuma das partes poderá divulgar informações classificadas como confidenciais sem autorização prévia, salvo aos empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitada às **PARTES** envolvidas no **ACORDO** e/ou ao pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao **ACORDO**;



10.5. Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada;

10.6. Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo as **PARTES** acompanhar o cumprimento de tal obrigação;

10.7. Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas apropriadas em tal caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS**

11.1. Durante a vigência do **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas, estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, necessárias para o cumprimento do **ACORDO**;

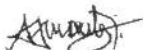
11.2. As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominados "obras", usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**;

11.3. Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**;

11.4. Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem o consentimento prévio da outra, nem sem reconhecer na publicação a sua participação;

11.5. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **ACORDO** e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das Partes, a saber: **SEMAS**, **EII** e **SAPOPEMA**;

11.6. Os nomes e logotipos das **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito externo sem a prévia autorização de seus proprietários;



7

11.7. As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual;

11.8. Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** os direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO

12.1. A letra deste **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionando as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos, da Lei de Acesso à Informação e de plataforma eletrônica de transparência, conforme Decreto Estadual nº. 1.835/2017, artigos 52 e 55;

12.2 A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da SEMAS, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as **PARTES** poderão ser realizadas por correio eletrônico (e-mail) e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas;

13.2. As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os a seguir mencionados:

	Endereço oficial:
<b>SEMAS</b>	Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717. Edifício Itacaiúnas, 4º andar. Marco, Belém – PA. CEP 66.093-677.
<b>EII</b>	Endereço: Avenida Dr. Hélio Ribeiro 525, sala 1808 Alvorada, Cuiabá-MT, CEP 78.048-848.
<b>SAPOPEMA</b>	Endereço: Av. Mendonça Furtado, nº 121, Prainha, CEP. 68.005-420 – Santarém-Pará.

*Assinatura*

*Assinatura*

*04*



**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL**

14.1. Caso a consecução deste **ACORDO** e seus documentos aditivos porventura em algum momento envolvam o acesso a conhecimentos tradicionais, este deverá ocorrer mediante anuência prévia junto às comunidades locais ou indígenas, por instituição nacional interessada em acessar conhecimento tradicional, seguindo as diretrizes emanadas das resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, para o caso a que se aplicar e ao qual se realizar programa, pesquisa ou projeto, em conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, nos termos da Legislação Brasileira, especialmente Decreto Federal nº 8.772/2016, Medida Provisória nº 2.186-16/2001, a Resolução CGEN-MMA nº 34/2009, Resolução INPI nº 207/2009 e as Convenções Internacionais das quais o Brasil seja signatário.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO NO ÂMBITO CIVIL**

15.1. As **PARTES** concordam que não há formalização de nenhum contrato de sociedade, associação no âmbito civil, *joint-venture*, empresa conjunta ou outro acordo comercial, nem há intenção em formalizar uma empresa comercial;

15.2. Nenhuma das **PARTES** tratará os termos deste **ACORDO** como uma associação legal ou tomará nenhuma ação direcionada a tal intenção.

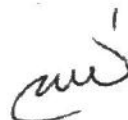
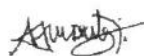
**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Este **ACORDO**, bem como o seu **PLANO DE TRABALHO**, poderão ser alterados a consenso das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde que tal interesse reste manifesto previamente por escrito;

16.2. Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula "Objeto";

16.3. Resta determinado que compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**;

16.4. Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir correio eletrônico de agentes públicos e/ou de pesquisadores e colaboradores vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo Plano de Trabalho.



#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

17.1. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente **ACORDO**, as partes concordam, preliminarmente, em solucioná-las administrativamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO

18.1. As **PARTES** não praticarão quaisquer atos não explicitamente autorizados por este **ACORDO**, devendo cumpri-lo integral, irrestrita e ininterruptamente ao olhar da Lei Federal nº 12.846/2013, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, bem como das demais normas que resguardem os limites de atuação e a moralidade da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTES INSTRUMENTOS

19.1. Anexo I – Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O não-exercício de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstas neste **ACORDO** ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações aqui previstas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independente de comunicação prévia;

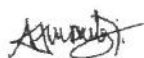
20.2. As **PARTES** observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis durante a realização das atividades executadas conforme cláusulas deste **ACORDO** e manterão válidas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao cumprimento das obrigações aqui assumidas;

20.3. É **VEDADA** a cessão ou a transferência das obrigações deste **ACORDO** a terceiros, total ou parcialmente;

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização do presente **ACORDO** serão resolvidos mediante acordo entre as **PARTES**;

21.2. Eventual invalidade de qualquer cláusula ou dispositivo contida no presente **ACORDO**, causada por fato superveniente alheio à ingerência das **PARTES**, não prejudicará a validade das demais disposições ora avançadas;



21.3. Ficam as **PARTES** desobrigadas do cumprimento de objetivos, ações e metas ou ressarcimento de prejuízos decorrentes de caso comprovadamente fortuito ou de força maior.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. As dúvidas, controvérsias e litígios que possam decorrer da execução do previsto no presente **ACORDO** e seu(s) Anexo(s) e não hajam sido dirimidos administrativamente, assim o serão na Justiça Estadual do Pará, foro da Comarca de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

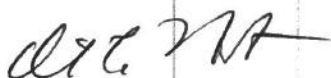
E assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente **ACORDO**, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Belém, de de 2020.



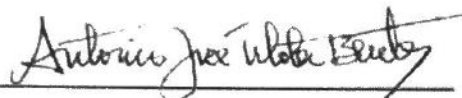
**JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA**

Secretário de Estado de Meio Ambiente e  
Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA



**DANIEL CURTIS NEPSTAD**

Diretor Executivo do Earth Innovation  
Institute – EII



**ANTÔNIO JOSÉ MOTA BENTES**

Sociedade para Pesquisa e Proteção do  
Meio Ambiente – SAPOPEMA

Testemunhas:

Nome  
CPF

Nome  
CPF

ASSERADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: MARCI FARIAS DA SILVA (Lei 11.419/2006)  
EM 09/10/2020 08:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: B4A528B9C8737694.BED1F659FFB2486.1C3B90D6D8222326.158A3B1C4E66902

**PLANO DE TRABALHO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

**1) DADOS GERAIS:**

<b>Órgão / Entidade Proponente 1:</b> Earth Innovation Institute – EII		<b>CNPJ:</b> 30.118.888/0001-22	
<b>Endereço:</b> Avenida Dr. Hélio Ribeiro, nº. 525, sala 1808, Alvorada.			
<b>Cidade:</b> Cuiabá	<b>UF:</b> MT	<b>CEP:</b> 78.048-848	<b>DDD / Telefone:</b> (65) 3365-6859
<b>Nome do Responsável:</b> DANIEL CURTIS NEPSTAD			<b>Cargo:</b> Diretor Executivo
<b>Órgão / Entidade Proponente 2:</b> Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente – SAPOPEMA		<b>CNPJ:</b> 05.399.099/0001-60	
<b>Endereço:</b> Avenida Mendonça Furtado, nº. 121, Prainha, CEP. 68.005-420 – Santarém-Pará.			
<b>Cidade:</b> Santarém	<b>UF:</b> Pará	<b>CEP:</b> 68.005-420	<b>DDD / Telefone:</b> (93) 3523-3754
<b>Nome do Responsável:</b> ANTÔNIO JOSÉ MOTA BENTES			<b>Cargo:</b> Presidente
<b>Órgão/Entidade Concedente:</b> Secretaria de Estado de Meio ambiente e Sustentabilidade – SEMAS		<b>CNPJ:</b> 34.921.783/0001-68	
<b>Endereço:</b> Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Marco.			
<b>Cidade:</b> Belém	<b>UF:</b> PA	<b>CEP:</b> 66.093-677	<b>DDD / Telefone:</b> (91) 3184-3398
<b>Nome do Responsável:</b> JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA			<b>Cargo:</b> Secretário de Estado

*Assinatura*

*Assinatura*

*OK*

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: MARCI FARIAS DA SILVA (Lei 11.419/2006)  
EM 09/10/2020 08:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 86A52BB3C737694.MEDIFE659F82486.1C3890D6D222326.15843910A6E66902



## 2) DESCRIÇÃO DA COOPERAÇÃO:

Período de Execução:	
Setembro de 2020	Setembro de 2025

**ACORDO DE COOPERAÇÃO** que entre si celebram a **SEMAS/PA, EII e SAPOPEMA**, visando a convergir esforços à implementação da Política Estadual sobre Mudança do Clima – PEMC, com vistas à redução do desmatamento e à descarbonização da economia rural no Pará.

**Identificação do objeto:**

Promoção de ações colaborativas que corroborem os esforços do Governo do Estado do Pará ao estabelecimento de um modelo conciliatório de desenvolvimento, baseado na conservação e valorização de ativos ambientais, na ampliação do potencial econômico de cadeias de produção e na melhoria das condições sociais locais, notadamente nas ações correlatas à **POLÍTICA ESTADUAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA** e ao **PLANO ESTADUAL AMAZÔNIA AGORA**, bem como a seus objetivos, instrumentos e diretrizes.

## 3) JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Pará é um estado com grande potencial pesqueiro e aquícola devido à sua posição estratégica na foz do Rio Amazonas, integrando a pesca continental, costeira e marinha, no entanto, esse potencial está sendo explorado de forma incipiente. Muito embora o estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento da cadeia do pescado seja promissora, existem gargalos e barreiras significativas ao longo de toda o processo que precisam ser solucionados antes que esse potencial possa ser aproveitado de forma sustentável. Essas questões incluem a insuficiência de uma política de gestão dos recursos pesqueiros e da piscicultura, a escassez de informações econômicas sobre a produção, o emprego e renda gerado pelo setor, infraestrutura deficiente e, consequentemente, o baixo nível de competitividade nos mercados nacionais e internacionais. Atualmente, o Estado do Pará apresenta um cenário promissor ao desenvolvimento do potencial dos recursos pesqueiros e da piscicultura com a realização de uma revisão da legislação pesqueira e a elaboração de um diagnóstico participativo da pesca e da piscicultura para subsidiar a elaboração de um plano para o desenvolvimento sustentável da pesca e piscicultura no Estado, que vem sendo conduzidos pelo estado. Assim, EII e Sapopema estão acompanhando esse processo com o intuito de contribuir para a construção de uma estratégia de desenvolvimento de baixas emissões baseado na sustentabilidade das atividades pesqueiras.

*Assinatura*

*Assinatura*

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: MARCI FARIAS DA SILVA (Lei 11.419/2006)  
EM 09/10/2020 08:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: BAA52BB9C8737694.BED1FE659F7E486.1C3B906D6D22326.15E43B1C6A6E6902



#### 4) FASES DO TRABALHO CONJUNTO

- Apoio técnico para a construção do sistema de gestão da pesca e aquicultura do Estado do Pará;
- Sistematização e padronização de informações para geração de recomendações para a modernização da cadeia produtiva do Peixe; e
- Elaboração de proposta de um plano de desenvolvimento de baixas emissões de carbono baseado em peixes para o Estado do Pará.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: NARCÍ FARIAS DA SILVA (Lei 11.419/2006)  
EM 09/10/2020 08:56 (Hora Local) - Aut. Assinatura: B4A57B9C9737694.BED1F6659FFB24B6.1C3B90D6D822326.15E43B1C4E6E902



## 5) MATRIZ LÓGICO-OPERACIONAL DE ATIVIDADES

### Eixo: Política de Desenvolvimento de Baixas Emissões de Carbono e Pesca

Meta	Ação	Descrição sucinta da Ação	Produto/ Resultado Esperado	Responsável/ Ponto Focal	Cronograma
Colaborar na construção do sistema de gestão da pesca e aquicultura do Estado do Pará	Elaborar um diagnóstico e tendências da pesca manejada e da aquicultura no Estado do Pará	Realizar levantamentos de estudos e estatísticas pesqueiras junto as principais instituições relacionadas a área	Diagnóstico consolidado	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 01/60 a mês 12/60
	Consolidar a estrutura descentralizada de governança para o co-manejo pesqueiro	Realizar levantamentos de estudos e estatísticas pesqueiras junto as principais instituições relacionadas a área	Relatório consolidado	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 01/60 a mês 48/60
	Consolidar e implementar a política regulamentando o manejo sustentável do pirarucu	Realizar levantamentos de estudos e estatísticas pesqueiras junto as principais instituições relacionadas a área	Relatório consolidado	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 01/60 a mês 48/60
	Colaborar na modernização do marco regulatório da piscicultura	Realizar levantamentos de estudos e estatísticas pesqueiras junto as principais instituições relacionadas a área	Relatório consolidado	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 01/60 a mês 48/60
	Contribuir no desenvolvimento de um sistema de monitoramento da cadeia do peixe sediado nas universidades	Realizar levantamentos de estudos e estatísticas pesqueiras junto as principais instituições relacionadas a área	Sistema de Monitoramento funcionando	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 12/60 a mês 48/60
	Análise econômica da cadeia produtiva do peixe: emprego e renda gerados pelos principais elos da cadeia produtiva da pesca e da piscicultura.	Realizar levantamentos de estudos e estatísticas pesqueiras junto as principais instituições relacionadas a área	Relatório consolidado	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 01/60 a mês 12/60

*Assinatura*  
*OK*

Apresentar recomendações para a modernização da cadeia produtiva do Peixe	Análise integrada dos levantamentos realizados	Estudo detalhado com sistematização e padronização de informações	Relatório consolidado	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 12/60 a mês 36/60
Construir um plano de desenvolvimento de baixas emissões de carbono baseado na cadeia produtiva do pescado (pesca, piscicultura) para o Estado do Pará	Desenvolver estratégia de marketing ligando o peixe à conservação da floresta, clima e biodiversidade, e apoio às populações tradicionais e indígenas Elaboração do Plano Estadual para o desenvolvimento de baixas emissões de carbono baseado em recursos pesqueiros.	Estudo detalhado com sistematização e padronização de informações	Relatório consolidado	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 12/60 a mês 36/60
		Estudo detalhado com sistematização, padronização de informações e reuniões interinstitucionais.	Proposta de Plano elaborado	EII, SAPOPEMA, SEMAS	Mês 12/60 a mês 36/60

*Assinatura*  
*OH*